



Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 193ª (Centésima Nonagésima Terceira) Reunião Ordinária
Dia 21 de outubro de 2011

Às 09:30 (nove e trinta) horas do dia 21 de outubro de 2011 (dois mil e onze), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Taciana Sotto-Mayor Porto Chagas, suplente da presidente do Conselho. Havendo número legal, a suplente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 192ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de setembro de 2011. 2) Apresentação do Planejamento de Ações para a Copa do Mundo de 2014. Dr. Amir Schwartz – Secretário Extraordinário da Copa do Mundo de 2014. 3) Análise do Processo nº 07.50206.1.10 – Projeto de construção de um edifício empresarial, a ser construído na Av. Agamenon Magalhães, 2939, Espinheiro. Construtora Moura Dubeux. Conselheiro relator, engenheiro Félix Cantalício Sampaio de Sá, representante da ADEMI/PE. 4) Discussão sobre o encaminhamento das análises dos empreendimentos de impacto. 5) Informes/Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Taciana Maria Sotto-Mayor Porto Chagas, suplente da Presidente, Dra. Márcia Vasconcellos Tavares de Melo, Assessora da DIRCON/SCDUO (titular), Dra. Emília Márcia Teixeira Avelino, Assessora do Gabinete da SCDUO (suplente), Dr. Jorge de Araújo Lima Filho, representante da Secretaria de Finanças (suplente), Dra. Flávia Cardoso Ferro, Assessora Técnica da Secretaria de Assistência Social (titular), Dra. Andréa Karla Amaral de Galiza, Procuradora Judicial - Sec. Assuntos Jurídicos (titular), Dra. Sueny Barkokebas Cavalcanti, Assessora da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer (suplente), Dr. Antônio Valdo de Alencar, Assessor da presidência da EMLURB - Secretaria de Serviços Públicos (titular), Dr. José Fernando de Souza Paz, representante da Autarquia de Saneamento do Recife - SANEAR (titular), Vereador Augusto José Carreras C. de Albuquerque, representante da Câmara Municipal do Recife (titular), Prof. Tomás de Albuquerque Lapa, representante do MDU/UFPE (titular), Cel. Eduardo José Pereira de Oliveira, representante da CDL/Recife (suplente), Dr. João Geraldo Siqueira de Almeida, representante da ACP (titular), Dr. Miguel Romualdo de Medeiros, representante do CORECON/PE (titular), Dr. Augusto Ferreira de Carvalho Lócio, representante da OAB/PE (titular), Sr. Jorge Luiz Dantas Roma, representante da CUT/PE (suplente), Dr. Luiz Augusto Rangel Moreira, representante do IAB/PE (suplente), Dr. Félix Cantalício Sampaio de Sá, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH (suplente), Sr. Bismark Savaira de Medeiros, representante do Fórum do Prezeis (titular), e o Sr. Antônio Carlos Santiago dos Santos, representante do MNLM/PE (titular). Em seguida, Dra. Taciana, suplente da presidente, comunicou que Dra. Maria De Biase, presidente do Conselho, não estava presente, pois teve que representar o prefeito João da Costa no SINDUSCON. Passando para o primeiro item da pauta - Aprovação/Assinatura da Ata da 192ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de setembro de 2011. Ata aprovada. A seguir, passou para o segundo item da pauta - Apresentação do Planejamento de Ações para a Copa do Mundo de 2014. Convidando a Dra. Ana Cláudia Sá Carneiro da Mota, Assessora Executiva da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, que iniciou comunicando que o Secretário Extraordinário, Dr. Amir Schwartz não pôde estar presente, pois estava na assinatura da Ordem de Serviço do Terminal Cosme e Damião, uma das ações relacionadas à Copa de 2014. “Essa assinatura



PREFEITURA DO
RECIFE

está acontecendo no Palácio do Governo. Nossa apresentação será basicamente em cima do que é a Secretaria Extraordinária da Copa, na cidade do Recife. Mostrarei as grandes oportunidades que a cidade terá por conta desse evento. De fato, o Brasil passa a ser uma grande vitrine para o mundo". Em seguida falou um pouco sobre a parte ambiental, a questão da economia do Brasil em relação ao demais outros países. "Uma oportunidade também de se fazer grandes investimentos nas áreas de mobilidade, saúde e segurança. Pontos principais tratados pelo Governo Federal. Legados que serão deixados para a cidade. É uma grande oportunidade que o País tem de investir em infraestrutura. As cidades sedes estão todas trabalhando para deixar este legado. Em Recife, estamos com a obra da Via Mangue, área do sistema viário muito importante, que, com certeza, devido a Copa de 2014, tivemos assegurados os recursos para a via. Como todos sabem, é um investimento de grande porte que passou mais de dez anos para que fosse realizado". Falando a seguir, sobre as oportunidades: "Um evento esportivo do porte de uma Copa do Mundo é como uma grande vitrine do país no exterior, e corresponde a um salto de décadas no desenvolvimento do turismo e da infraestrutura. Construção de infraestrutura sustentável; Melhoria na logística e sistema de transportes; alavancagem nos setores de saúde e segurança. Investimentos em projetos de meio ambiente, suprimento de energias sustentáveis. Pessoal treinado e capacitado. Modernização do futebol. Projeção internacional da localidade. IMPACTO ECONÔMICO: 183 BILHÕES AO PIB ATÉ 2019 – 0,4% ao ano. 47,5 BILHÕES – até 2014. Investimento de infraestrutura – 33 BILHÕES; Gastos incrementais dos turistas – 9,4 BILHÕES; Incremento no consumo das famílias – 5 BILHÕES; 135,7 BILHÕES – até 2019. Recirculação do dinheiro na economia – 129,4 BILHÕES. Aumento do turismo e do uso de estádios após a Copa – 6,2 BILHÕES; EMPREGOS GERADOS – 700 MIL – temporários e permanentes; TURISMO – 3,7 MILHÕES de turistas: 3,1 MILHÕES nacionais e 0,6 MILHÕES internacionais. PROMOÇÃO: Espectadores acumulados – 26,3 BILHÕES; Presença de profissionais da imprensa - 18,9 MIL; Transmissoras de TV – 375 EMPRESAS. As atribuições: Planejar, coordenar e gerir as iniciativas dos órgãos e entidades da Administração Municipal. Promover a articulação com a FIFA e seus representantes no Brasil, com a União, com Estados e Municípios, com os diversos setores econômicos e sociais e com a sociedade civil organizada, visando à realização e ao atendimento das exigências de adequação da Cidade para a Copa do Mundo de 2014. 2009: Recife é anunciada como cidade-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014. 2010: São instaladas as câmaras temáticas com participação das secretarias da PCR; Uma equipe é enviada para o Programa de Observadores da FIFA e para a ação de marketing Casa Brasil, na África do Sul; É criado o Fórum das Cidades-sede, em Salvador. Eixos de Planejamento: Mobilidade e Acessibilidade; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento Turístico, Capacitação e Inclusão Social. Principais intervenções: Via Mangue: Corredor de Acesso à Zona Sul, Obra Iniciada (Prefeitura do Recife), Investimento: R\$ 433,8 milhões (Matriz de Responsabilidade). Corredor Leste / Oeste (Caxangá): Interligação do Corredor Norte / Sul à Estação Timbi (Camaragibe), Em licitação (Governo do Estado), Investimento previsto: R\$ 165,4 milhões. Corredor Norte / Sul: Interligação Igarassu / Centro, Em licitação (Governo do Estado), Investimento previsto: R\$ 159,0 milhões. Ramal da Copa: Acesso à Cidade da Copa (Corredor Leste / Oeste), Obra Iniciada (Governo do Estado), Investimento: R\$ 131,0 milhões. Terminal Cosme e Damião: Terminal Integrado de Passageiros, Em licitação (Governo do Estado), Investimento previsto: R\$ 21,7 milhões. Construção da nova torre e controle: Aeroporto Gilberto Freyre, Em licitação (Infraero), Investimento previsto: R\$ 19,8 milhões. Construção do Terminal Marítimo de Passageiros:



PREFEITURA DO
RECIFE

Porto do Recife, Em licitação (Governo do Estado), Investimento previsto: R\$ 26,3 milhões". Apresentação e vídeos, em anexo. Concluída a apresentação, Dra. Taciana Sotto-Mayor deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro Félix Cantalício Sampaio de Sá, representante da ADEMI/PE. O conselheiro registrou mais uma vez a ausência de ações de investimentos para saneamento. "Será gasto uma fortuna e nenhum centavo sinalizado para saneamento". Neste momento, a Dra. Ana Cláudia lembrou ao conselheiro Félix, que saneamento é de responsabilidade do Governo do Estado. Mas, que a Prefeitura devido a importância e a necessidade para a cidade do Recife, vem trabalhando conjuntamente com o Governo do Estado. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Prof. Tomás de Albuquerque Lapa, representante do MDU/UFPE. "Dra. Ana Cláudia falou de um legado, um evento desse tipo deixa uma expectativa em termo de planejamento. Fiquei surpreso com a abrangência do referido planejamento, no nível apresentado. Realmente deixará um legado para Recife e Região Metropolitana. Mas, sobre a Cidade da Copa, o empreendimento em São Lourenço, não obtivemos muitas informações. Por está razão, pergunto: como se dará a parceria público/privada? De que forma poderemos enquadrar o empreendimento da Cidade da Copa no contexto da cidade do Recife como um todo?". A Dra. Ana Cláudia falou que, "na realidade como a ação cidade da copa é de responsabilidade do Governo do Estado, não tenho muito domínio das ações. Realmente será um grande legado para a cidade de São Lourenço da Mata. Sugiro que convidemos o pessoal do Governo do Estado e também da Odebrecht para apresentar ao CDU as ações que serão realizadas para o evento da Copa do Mundo". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Cel. Eduardo José Pereira de Oliveira, representante da CDL/Recife. "A quantidade de recursos para realização de todas estas ações é enorme. Mas, a colocação que tenho que fazer é a seguinte: o turista que vem para a Copa, ele não vai todos os dias aos jogos de futebol. Até porque não haverá jogo todos os dias. Então, ele visitará Boa Viagem, Olinda, Porto de Galinhas. Espero que ele não vá visitar o centro do Recife. Porque se encontra tremendamente degradado. Trabalho cerca de vinte anos no centro do Recife, e nunca o vi como estou vendo hoje. É lamentável. No Governo de Gilberto Marques, o Escritório de Revitalização do Centro deixou o centro da cidade uma beleza. Ontem, na Praça da Independência, tivemos um evento para entrega de prêmios, e pude, ou melhor, pudemos verificar o caos que se encontra o centro". Dando prosseguimento, Dra. Taciana passou a palavra ao conselheiro Jorge Luiz Dantas Roma, representante da CUT/PE. "Preocupo-me quando dizem que Recife é a sede da Copa de 2014, no Estado de Pernambuco. A cidade é São Lourenço. A cidade do Recife tem locais de bons acessos, onde poderiam ser realizados os jogos. Exemplo, a Arena poderia ser, a que está sendo prevista pelo Sport Clube. Como também, no próprio Santa Cruz Futebol Clube. Além disso, em nenhum momento a Arena a ser construída, foi discutida com a sociedade". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Bismark Saraiva de Medeiros, representante do Fórum do Prezeis. "Gostaria de saber se no site mencionado pela Dra. Ana Cláudia tem todas as informações sobre a Copa de 2014. Quanto a Prefeitura irá gastar e arrecadar com a realização desse evento? De quanto será o comprometimento?" Neste momento, a Dra. Ana Cláudia comunicou que estas informações são de responsabilidade da Secretaria de Finanças, e sugeriu que o conselheiro solicitasse à Coordenação do Fórum do Prezeis, que através de ofício, solicitasse tais informações. Continuando, a suplente da presidente passou a palavra ao conselheiro Miguel Romualdo de Medeiros, representante do CORECON/PE. "Tenho duas colocações a fazer. A primeira, ouvi algumas colocações um pouco apaixonadas. Mas, temos que ter muita passionalidade, pois este é um evento disputado mundialmente, e coordenado pela FIFA,

que determina as condições. Essa discussão hoje, no Conselho é importante, e deve ser levada à administração para conhecimento e quem sabe, acatamento. A apresentação da Dra. Ana Cláudia foi muito boa, nos deu a idéia, de como acontecerá. Para mim, a grande preocupação é o pós Copa, em cima de toda essa infraestrutura que será feita. Tenho receio que devido a ganância, a cidade seja pipocada de Torres, como infelizmente umas, já foram instaladas". Concluída a discussão, Dra. Taciana parabenizou e agradeceu a Dra. Ana Cláudia pela apresentação e por todas as informações fornecidas. Passando em seguida para o terceiro item da pauta - Análise do Processo nº 07.50206.1.10 – Projeto de construção de um edifício empresarial, a ser construído na Av. Agamenon Magalhães, 2939, Espinheiro. Construtora Moura Dubeux. Convidando o arquiteto do projeto, Dr. Jerônimo Cunha Lima para fazer a apresentação visual do empreendimento a ser construído. Dr. Jerônimo iniciou falando que, "hoje faremos a análise do empreendimento empresarial a ser construído em lote, situado na Av. Agamenon Magalhães, no bairro do Espinheiro. Com 13.605,93m² distribuídos em dois blocos, sendo um com quatro pavimentos e outro com quinze pavimentos". Cópia da apresentação em anexo. Concluída a apresentação, a suplente da presidente solicitou ao conselheiro relator, engenheiro Dr. Félix Cantalício de Sá, representante da ADEMI/PE, que fizesse a leitura do seu parecer. "Parecer Relativo ao PROCESSO Nº 07.502061.10 Conforme Ofício nº 20/11-CDU. 1 – OBJETIVO: Projeto inicial para construção de Edifício Empresarial, no Lote 11A localizado na Avenida Governador Agamenon Magalhães, Quadra D do Loteamento do Terreno nº 1286 da Avenida João de Barros, bairro do Espinheiro, Recife, PE. 2 – TRAMITAÇÃO DO PROCESSO: 05/outubro/2010 - Protocolado 1ª Regional; 19/outubro/2010 - ART no CREA; 26/maio/2011-Publicação Jornal Grande Circulação; 27/julho/2011-Parecer da CTTU; 11/agosto/2011- Parecer GOPV; 14/setembro/2011- Aprovação do Colegiado Técnico da Dircon; 19/setembro/2011-Gerencia de normatização; 27/setembro/2011 - Aprovação CCU. 3 – DESCRIÇÃO: Área do terreno: 3.945,05m². Gabarito: 18 pavimentos; Área de construção (PCR): 13.605,93m²; Unidades autônomas(salas): 147ud; Vagas de garagem: 260ud; Distribuição pavimentos: térreo, mezanino, 1º, 2º, 3º, 4º pavimentos(garagens e salas com WC), 5º ao 15º pavimentos tipo (salas com WC), ático(reservatório, casa de máquina, circulação emergência). 4 – LEGISLAÇÃO: Consoante Lei nº 16719/2001(APU) o terreno está inserido no Setor de Reestruturação Urbana 1 (SRU1), enquanto a via de localização do Empreendimento é classificada como Corredor de Transporte Urbano Principal (artéria principal). O Art. 25, inciso 1º da Lei 16719/2001(ARU) enquadra o projeto, com área superior a 5.000,00m², como empreendimento de impacto. 5 – CONCLUSÃO: Sou de parecer favorável ao projeto, corroborando todos os pareceres favoráveis do trâmite do PROCESSO referenciado, considerando também: as confirmações das empresas de serviços públicos, Celpe, Compesa, Oi; a fundamentação apresentada pela requerente, aos órgãos de controle especializados, através do Memorial Justificativo de Empreendimento de Impacto, datado de março/2011; a tácita aceitação pela requerente Moura Dubeux do encargo de realizar ações mitigadoras através de projeto paisagístico e urbanização do trecho ocupado da Rua Cel. José Martins, sendo imprescindível, nesse caso da ação mitigadora, o cumprimento legal da desocupação que será encargo da Prefeitura da Cidade do Recife; finalmente o Projeto Arquitetônico que certamente contribuirá positivamente com a paisagem urbana dessa importante Via Metropolitana. Recife, 20 de outubro de 2011. Félix Cantalício Sampaio de Sá". Concluída a leitura, Dra. Taciana deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro Bismark – Fórum do Prezeis, que fez a seguinte pergunta: "a Secretaria de Assuntos Jurídicos também não fornece parecer como os



demais órgãos que apresentaram pareceres?” A Dra. Taciana respondeu que a SAJ é consultada como um órgão técnico se houver alguma dúvida jurídica. “Uma interpretação da lei. Veja que a análise feita é urbanística, e não jurídica”. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Miguel – CORECON/PE. “A Agamenon Magalhães é talvez a via mais importante de tráfego da Região Metropolitana do Recife. A lei diz que a partir de 5 mil metros quadrados, nessa região, é de impacto. E, a pessoa faz, por exemplo, um projeto de 16 mil metros quadrados. Fica na mesma linha do de 5 mil”. Em seguida, o conselheiro mencionou que o custo da desapropriação tinha que ser da Prefeitura. Imediatamente, corrigido pelo conselheiro Félix Cantalício, informando que a desapropriação legal, será sempre de responsabilidade da Prefeitura. “E na ação mitigadora proposta pela GOPV e aceita pelo empreendedor, o custo da ação será da Construtora”. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH. “Represento no CDU a ABIH, mas faço parte da Construtora Moura Dubeux, e sei que esta ação mitigadora não estava prevista no início da elaboração do projeto. Mas, será de grande relevância para o empreendimento como para a cidade. O prolongamento da rua, invadida por uma escola particular, especificamente com os equipamentos de lazer, que ocupa indevidamente o logradouro público.” Prosseguindo, Dra. Taciana passou a palavra ao conselheiro Bismark – Fórum do Prezeis, que perguntou se ao ser desapropriada a escola seria construída em outro local, e se de fato a escola funcionava. O conselheiro relator Félix Cantalício respondeu que, “a escola ocupa a rua com os equipamentos de lazer, não com o prédio. Certamente ocupou porque o logradouro encontrava-se abandonado. E provavelmente a Prefeitura não protestou. Hoje, após entendimento com a Construtora, a escola acatou a decisão de retirar os equipamentos mencionados. Mas, existe o processo legal que é de encargo da Prefeitura. Agora, o custo do encargo e a urbanização do trecho, serão de responsabilidade da Construtora Moura Dubeux. Quero deixar claro que a escola não será removida para lugar nenhum. Serão retirados, pois estão, em local público, os equipamentos de lazer”. Neste momento, Dra. Taciana falou que, “devemos deixar claro que o ônus financeiro para a desocupação será de responsabilidade do empreendedor. Respondendo a preocupação do conselheiro Miguel, como também do conselheiro Bismark, quando mencionaram que as aprovações são aleatórias, sem discussão, sobre o que queremos para a cidade, lembro que em 2008, foi aprovado o Plano Diretor da Cidade, amplamente discutido e acompanhado pelo CDU, e pela a sociedade. Com prazo de vigência, dez anos. Hoje, o que estamos analisando, é fruto do que está no Plano. Que para esta área permite que se use um coeficiente de 3,5. $3,5 \times$ a área do terreno, dá 13.600... Isso é o coeficiente útil. Fora isso ele tem outras áreas que podem ser construídas fora do coeficiente útil. Por isso ele chega aqui com mil e xs metros quadrados. Mas, não é aleatório, não é o que o empreendedor quer fazer. É o que, nós achamos que seria bom para a cidade. Até onde a cidade poderia crescer. O PD diz que a cidade pode crescer até o coeficiente 3, em quase toda a cidade, com exceção dos morros, cujo coeficiente é 2 e, o bairro de Boa Viagem, que também tem o coeficiente 2, podendo chegar a 3, por pagamento de uma outorga. O processo ao chegar ao Conselho passou pelas análises das Regionais pertinentes. Os analistas são arquitetos, qualificados a entender o projeto. Treinados segundo a legislação do Município. O processo no CDU é para ser analisado o impacto, e não, se o projeto está dentro da lei, ou não. Lembro também que, o Conselho tem competência para propor ação mitigadora”. Neste momento, o conselheiro Jorge de Araujo Lima Filho, representante da Secretaria de Finanças falou que, “se entendi bem o que a Dra. Taciana mencionou, podemos hoje, exigir do empreendimento, um número maior de vagas”. O arquiteto

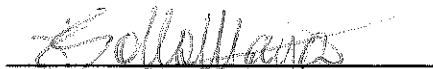


Jerônimo, responsável pelo empreendimento comunicou ao conselheiro que o empreendedor gostaria bastante de poder fornecer mais vagas, mas a legislação vigente só permite na quantidade apresentada no projeto. A seguir, Dra. Taciana passou a palavra ao conselheiro Luiz Augusto Rangel Moreira, representante do IAB/PE. “Quero parabenizar pelo projeto ora apresentado, e fazer uma observação. A Av. Agamenon Magalhães, em alguns trechos tem caráter comercial, especialmente na Ilha do Leite. Precisa de uma descentralização. No trecho da João de Barros, existem pouquíssimos edifícios comerciais. Necessário para um equilíbrio na cidade. Em relação às vagas, o arquiteto Jerônimo tem toda razão. Na época da elaboração da ARU, defendíamos que as vagas ficassem fora do cálculo geral, porque o empreendedor é quem iria sentir a exigência do mercado. As vagas hoje, em várias partes da cidade, estão nas ruas, e poderiam está dentro dos lotes”. Passando em seguida a palavra à conselheira Andréa Karla Amaral de Galiza, representante da SAJ. “A colocação que tenho a fazer não diz respeito ao projeto. Diz respeito à ação mitigadora, que não foi proposta pelo empreendedor, e sim, pela GOPV/Prefeitura. Tenho uma dúvida a respeito da situação de fato dessa via. Ela é uma via pública e está invadida? No parecer refere-se à abertura de via. Razão da minha preocupação quando se falou em desocupação/desapropriação. A desapropriação é feita em princípio quando não se trata de via pública. Por isso temos que ter cuidado, pois se trata de uma via pública. Logo, não poderá ser desapropriação. Em relação às vagas, não seria justo depois de toda a tramitação, o projeto ser modificado para atender a um número maior de vagas. Na verdade, ao analisarmos o projeto quando aqui chega, temos uma situação consolidada. Ressalto a necessidade de discutirmos com certa antecedência as ações mitigadoras”. Concluída a discussão Dra. Taciana colocou o parecer do conselheiro relator, em votação. O parecer do conselheiro relator, engenheiro Félix Cantalício foi aprovado por 15 (quinze) votos a favor e 01 (um) voto contra. O Parecer acatou a ação mitigadora proposta pela GOPV/DIRURB – Obra de prolongamento da Rua Cel. José Martins, favorecendo a ligação entre a Rua Frígio Lima e Rua Dr. Fernando Allain. O projeto executivo terá que ter aprovação da DIRURB. O cumprimento legal da desocupação será de responsabilidade da Prefeitura do Recife, com custo para o empreendedor. Foi acrescida também, a ação mitigadora proposta pela Comissão de Controle Urbanístico – CCU – melhoria da geometria de concordância entre a via local da Av. Agamenon Magalhães com a Rua Dr. Fernando Allain. A licença de construção está condicionada à apresentação do Termo de Compromisso, referente às Ações Mitigadoras. Devido ao adiantado da hora, Dra. Taciana de comum acordo com os conselheiros presentes, deixou para a próxima reunião, o item quatro - Discussão sobre o encaminhamento das análises dos empreendimentos de impacto. Dentro do último item da pauta – Informes/Outros, Dra. Taciana comunicou aos conselheiros que, “dois projetos da Queiroz Galvão foram aprovados aqui no CDU, em julho do ano passado, cada um com uma ação mitigadora. Um empreendimento é na Demócrito de Souza Filho, na Madalena, e sua ação mitigadora é a implantação da ciclovia interligando o Parque da Jaqueira ao Parque da Tamarineira. O outro empreendimento é na Ricardo Hardmam, na Tamarineira, e a ação mitigadora é a eliminação do giro à esquerda na Av. Norte com a Rua General Abreu e Lima. Como a Queiroz Galvão já conseguiu viabilizar e começou a obra no da Madalena, cuja ação mitigadora é a ciclovia, o Município achou mais interessante, até por uma questão de mobilidade, que a primeira ação mitigadora a ser realizada, fosse a eliminação do giro à esquerda na Av. Norte. Como todos perceberam, é só uma comunicação ao Conselho, que houve uma troca de prioridade nas ações mitigadoras. O empreendimento na Demócrito de Souza Filho ficará com a eliminação do giro à esquerda



na Av. Norte, e o empreendimento da Ricardo Hardmam, com a ciclovia". Finalizando a reunião, a suplente da presidente agendou para o dia 25 de novembro a próxima reunião do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 21 de outubro de 2011.

Taciana Maria Sotto-Mayor – Suplente da Presidente



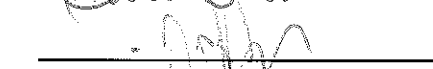
Márcia Vasconcellos Tavares de Melo – SCDUO (titular)



Emília Márcia Teixeira Avelino – SCDUO (suplente)



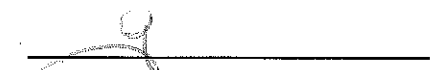
Jorge de Araújo Lima Filho – Sec. Finanças (suplente)



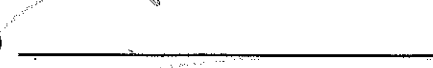
Flávia Cardoso Ferro – Sec. Assistência Social (titular)



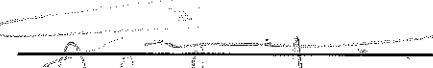
Andréa Karla Amaral de Galiza – SAJ (titular)



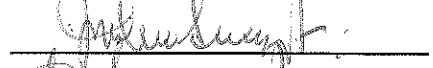
Sueny Barkokebas Cavalcanti – Sec. Educação (suplente)



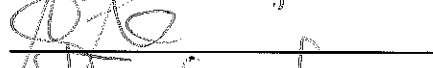
Antônio Valdo de Alencar – Serviços Públicos (titular)



José Fernando de Souza Paz – SANEAR (titular)



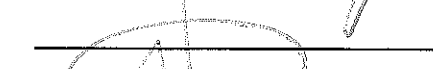
Augusto José Carreras C. de Albuquerque – CMR (titular)



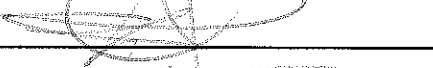
Tomás de Albuquerque Lapa – MDU/UFPE (titular)



Eduardo José Pereira de Oliveira – CDL/Recife (suplente)



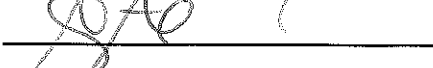
João Geraldo Siqueira de Almeida – ACP (titular)



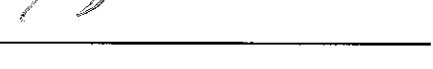
Miguel Romualdo de Medeiros – CORECON/PE (titular)



Augusto Ferreira de Carvalho Lócio – OAB/PE (titular)



Jorge Luiz Dantas Roma – CUT/PE (suplente)



Luiz Augusto Rangel Moreira – IAB/PE (suplente)



Félix Cantalício Sampaio de Sá – ADEMI/PE (titular)



Eduardo Fernandes de Moura – ABIH (suplente)



Bismark Saraiva de Medeiros – Fórum do Prezeis (titular)



Antônio Carlos Santiago dos Santos – MNLM (titular)

